

CONSELHO DE CLASSE: QUE COLEGIADO É ESSE?

SILMARA DE OLIVEIRA GOMES PAPI

RESUMO

O Conselho de Classe é uma das instâncias colegiadas da escola. A fim de apreender a forma como essa instância é abordada nas pesquisas discentes realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação stricto sensu, este estudo analisou resumos de pesquisas presentes no Banco de Teses da Capes. Os resultados indicam que, na década de 2002 a 2011, dez pesquisas o tomaram como objeto central de investigação e 57 fizeram referência a ele, considerando-o um dos espaços de coleta de dados ou o destacando em seus conceitos e suas conclusões. A análise dos resumos das 67 pesquisas demonstra a centralidade da avaliação discente nesse colegiado, bem como a proximidade entre ele e a gestão democrática. Aponta também a pulverização de outras problemáticas investigadas nesse Conselho, indicando que houve um processo de ampliação de sua prática e da percepção que se tem dele.

PALAVRAS-CHAVE CONSELHO DE CLASSE • AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO • GESTÃO DEMOCRÁTICA • LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.

RESUMEN

El Consejo de clase es una de las instancias colegiadas de la escuela. A fin de aprehender la forma en la que esa instancia es abordada en las investigaciones discentes realizadas en el ámbito de los programas de postgrado stricto sensu, este estudio analizó resúmenes de investigaciones presentes en el Banco de Tesis de Capes. Los resultados indican que, en la década del 2002 al 2011, diez investigaciones lo tomaron como objeto central de investigación y 57 hicieron referencia a él, considerándolo como uno de los espacios de recogida de datos o destacándolo en sus conceptos y conclusiones. El análisis de los resúmenes de las 67 investigaciones demuestra la centralidad de la evaluación discente en este colegiado, así como la proximidad entre él y la gestión democrática. Señala asimismo la pulverización de otras problemáticas investigadas en dicho Consejo, indicando que hubo un proceso de ampliación de su práctica y la percepción que de él se tiene.

PALABRAS CLAVE CONSEJO DE CLASE • EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN • GESTIÓN DEMOCRÁTICA • RELEVAMIENTO BIBLIOGRÁFICO.

ABSTRACT

The class Council is one of the collegiate associations. In order to understand how this association is approached in students' surveys carried out within the stricto sensu graduate programs, this paper analyzed study briefs in Capes Thesis Library. The results indicate that, from 2002 to 2011, ten studies focused on this assessment as the central object of investigation and 57 made reference to it, considering it one of the places of data collection or highlighting it in its concepts and conclusions. The analysis of the abstracts of the 67 studies demonstrates the centrality of students' assessment in this association as well as its proximity to democratic management. It also shows the fragmentation of other issues investigated by this Council, indicating there was a process of expansion of its practice and its perception by others.

KEYWORDS CLASS COUNCIL • EDUCATION ASSESSMENT • DEMOCRATIC MANAGEMENT • BIBLIOGRAPHIC SURVEY.

INTRODUÇÃO

A palavra “conselho” vem do latim *consilium*, que significa “deliberação, decreto, resolução, plano, desígnio, conselho, parecer, prudência, razão, assembléia, [...]” (CONSILIMUM, [198-], p. 129). Amplamente, refere-se a um “corpo consultivo e/ou deliberativo de uma instituição pública ou privada” (CONSELHO, 2009, p. 182). Classe, desde a aproximação à ideia de escola, diz respeito ao “grupo de alunos que frequenta determinada aula” (CLASSE, 2009, p. 163). Assim, pode-se inferir que, em sentido lato, o Conselho de Classe corresponde a um corpo consultivo e/ou deliberativo de uma escola, para o tratamento de aspectos relacionados a alunos de determinada aula ou disciplina.

O conceito e a proposta de realização de Conselhos de Classe no âmbito escolar surgiram no Brasil no final da década de 1950, inspirados em um modelo europeu, mais especificamente francês, segundo Rocha (1986) e Dalben (1995, 2010).

Iniciando seu funcionamento a partir da experiência de educadoras que observaram essa prática naquele país da Europa, os Conselhos de Classe foram formalmente institucionalizados

desde o conjunto de orientações efetivadas pelos Conselhos de Educação com a promulgação da Lei n. 5.692, de 1971, que instituiu o então ensino de 1º e 2º graus (ROCHA, 1986). O artigo 14 dessa lei destacava que a verificação do rendimento escolar ficaria sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino a partir de seu regimento, e que os aspectos qualitativos preponderariam sobre os quantitativos (BRASIL, 1971).

O Conselho de Classe esteve, então, desde sua origem, vinculado a processos avaliativos. Conforme Dalben (2004, p. 26), o Conselho é a instância colegiada “responsável pelo processo coletivo de avaliação da aprendizagem do aluno”, ou, segundo a mesma autora, é um órgão colegiado que compõe a organização da escola, e no qual a equipe de gestão e os professores reúnem-se para refletir sobre o desempenho pedagógico dos alunos tendo em vista a tomada de decisões sobre a prática pedagógica (DALBEN, 2010).

Embora as primeiras proposições do Conselho de Classe em alguma medida tenham aberto espaço para que ele fosse gradativamente regulamentado pelos Conselhos Estaduais de Educação brasileiros, pode-se afirmar que foi o processo de abertura política e democratização, instaurado principalmente a partir dos movimentos sociais ocorridos até a década de 1980, o principal determinante para a configuração dos colegiados escolares tal como existem na atualidade. Nesse contexto, destacam-se a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 1996, que, ainda em vigor, expressam as reivindicações dos movimentos da sociedade civil organizada, que buscavam maior participação social e política, repercutindo também na organização e no funcionamento da escola e de seus espaços.

Dalben (2010) destaca que a importância do Conselho de Classe está em propiciar uma visão de conjunto sobre o desempenho discente, as atividades docentes e possíveis projetos interdisciplinares. Entretanto, Mattos (2005) alerta que é no contexto dessa instância de avaliação coletiva que os docentes sentem-se à vontade para manifestar suas percepções sobre alunos e alunas, bem como é onde esse coletivo reforça práticas pedagógicas individuais. Mattos (2005)

ressalta que a avaliação realizada no Conselho não abrange a interação pedagógica, mas apenas os alunos, afirmando, ainda, que não há uma discussão coletiva sobre os casos apresentados, mas formas de diálogo que mais se caracterizam como relatos entrecortados desses casos, feitos pelos professores.

Mesmo sendo o Conselho de Classe uma instância relevante, potencialmente analítica e propositiva em relação às ações pedagógicas da escola, conforme Dalben (2004) ele tem sido pouco pesquisado. Contudo, observa-se que ele compõe o cenário de diferentes investigações. Nesse sentido, a expectativa deste artigo é de contribuir para a melhor compreensão da realidade do Conselho de Classe, tanto no que se refere à sua articulação com as investigações sobre a escola quanto no que diz respeito à prática nele desenvolvida e às percepções existentes sobre ele, permitindo um amplo panorama dessa instância.

Considerando tais aspectos, este estudo discute a produção acadêmica contemporânea referente ao Conselho de Classe tendo em vista apreender sua participação nas pesquisas discentes realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Para isso, considera como objetivos mapear (localizar e sistematizar) as pesquisas que têm como objeto de estudo o Conselho de Classe como colegiado escolar, bem como as que fazem referência a ele, e apreender elementos indicativos de percepções e práticas relacionadas ao Conselho de Classe.

METODOLOGIA

Para a realização do estudo, utilizou-se a base de dados do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como fonte de pesquisa, consultando-se os trabalhos existentes nos níveis de doutorado, mestrado e mestrado profissionalizante, de 2002 a 2011, último ano constante quando da coleta de dados.¹ Foram utilizados os resumos² das teses e dissertações (ANEXO 1) para apreender, de forma descritiva e analítica (ROMANOWSKI; ENS, 2006), a participação do Conselho de Classe nas pesquisas,

¹ Coleta de dados no Banco de Teses da Capes realizada nos meses de julho, agosto e setembro de 2012.

² Os resumos gerados no Banco de Teses da Capes explicitaram nome e e-mail do(a) autor(a), título do trabalho, palavras-chave, área(s) do conhecimento, banca examinadora, linha(s) de pesquisa, agência(s) financiadora(s), idioma(s), dependência administrativa e resumo (propriamente dito) da tese/dissertação.

focalizando-se também ênfases, resultados e concepções sobre ele. Entende-se que os achados expressam a prática social dessa instância colegiada (MARTINS, 2004, 2009), relacionando-se, pois, à experiência humana. Para Thompson (1981), a experiência surge porque os indivíduos vivenciam situações que os fazem compreender os fenômenos de diferentes formas. A experiência é, então, uma categoria que corresponde à “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

O Banco de Teses³ objetiva facilitar “o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país”. Na consulta, marcou-se a opção “Assunto/palavras exatas” e utilizaram-se os descritores “Conselho de Classe” e “Conselhos de Classe” como termos de pesquisa, os quais, localizados nos diferentes subitens dos arquivos, ampliaram a possibilidade de aproximação do objeto investigado.

Considerando-se que nem sempre as pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu* transformam-se em livros, capítulos ou artigos publicados (GOERGEN, 2012) e que a pesquisa científica ocupa lugar privilegiado na construção de conhecimentos, a consulta ao Banco de Teses torna-se uma alternativa que permite uma visão geral do conjunto dos trabalhos defendidos nos diferentes programas brasileiros vinculados à Capes.

Além da importância do acesso ao Banco de Teses, considerou-se a relevância da consulta ao resumo, pois, tal como destacado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na norma brasileira – NBR 6028/2003, o resumo corresponde à “apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, 2003, p. 1). Sobre seu conteúdo e a relação qualitativa com o documento de origem, essa norma prevê que apresente objetivo, método, resultados e conclusões, além de que inicie com uma frase significativa, destacando o tipo de estudo realizado (ABNT, 2003). A NBR 6028/2003 aponta ainda a importância da palavra-chave nesse contexto,

³ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: jul. 2012.

esclarecendo que se trata de palavra “representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado” (ABNT, 2003, p. 1).

Para o desenvolvimento da investigação, inicialmente fez-se um levantamento dos resumos disponíveis no Banco de Teses, com base nos descritores definidos. Em seguida, realizou-se a leitura pormenorizada dos resumos, descartando-se aqueles que não correspondiam ao Conselho de Classe como colegiado escolar. Por fim, selecionados os resumos que atendiam ao escopo do estudo, independentemente do item no qual os descritores foram localizados, realizaram-se a análise dos dados e a organização do relatório da pesquisa.

MAPEANDO OS ESTUDOS: COMO ABORDAM E O QUE EVIDENCIAM SOBRE O CONSELHO DE CLASSE?

Utilizando-se os descritores “Conselho de Classe” e “Conselhos de Classe”, na década pesquisada, foi encontrado um total de 80 trabalhos, conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1: Número de trabalhos a partir da busca no banco de teses da Capes

ESPECIFICAÇÃO	DOUTORADO		MESTRADO		MESTRADO PROFISSIONALIZANTE		TOTAL
Trabalhos após a busca pelas expressões exatas “Conselho de Classe” e “Conselhos de Classe”	2002	1	2002	8	2002	-	80
	2003	1	2003	3	2003	-	
	2004	-	2004	6	2004	-	
	2005	2	2005	6	2005	-	
	2006	1	2006	8	2006	-	
	2007	-	2007	12	2007	1	
	2008	1	2008	9	2008	-	
	2009	2	2009	2	2009	-	
	2010	1	2010	8	2010	1	
	2011	2	2011	5	2011	-	
Total	11	Total	67	Total	2		
Trabalhos que correspondem ao Conselho de Classe/órgão colegiado da escola	11		55		1		67
Trabalhos que não correspondem ao Conselho de Classe/órgão colegiado da escola	-		12		1		13

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados disponíveis no Banco de Teses da Capes.

Verificou-se que, das 80 pesquisas listadas, 67 faziam referência ao Conselho de Classe como instância escolar, sendo 11 em nível de doutorado, 55 em nível de mestrado e uma em nível de mestrado profissionalizante. Esse número corresponde a pesquisas que o tomaram como objeto central de estudo e a outras que fizeram considerações sobre ele em quaisquer partes do resumo. Outros 13 trabalhos, sendo 12 em nível de mestrado e um em nível de mestrado profissionalizante, se referiam ao Conselho de Classe como órgão representativo de uma classe profissional, motivo pelo qual não compuseram o *corpus* de análise deste estudo.

O CONSELHO DE CLASSE COMO OBJETO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

A análise dos títulos, das palavras-chave e dos resumos das teses/dissertações demonstrou que o Conselho de Classe foi o objeto central de investigação em dez das 67 pesquisas selecionadas. As dez pesquisas foram desenvolvidas em nível de mestrado, o que revela a concentração dos estudos específicos sobre o Conselho nesse nível de pós-graduação, na década pesquisada.

Nessas dez pesquisas – de autoria de Debatin (2002), Lodi (2003), Pereira (2006), Guerra (2006), Santos (2007), Pereira (2007), Buchwitz (2007), Vargas (2008), Rodrigues (2010) e Cabral (2011) –, foram observadas três formas de abordagem do Conselho de Classe: a compreensão de seu funcionamento (6), a verificação da categoria participação nessa instância (3) e a intervenção colaborativa nesse Conselho (1).

Dentre as seis pesquisas que investigaram o funcionamento do Conselho de Classe, cinco o relacionaram à avaliação do processo ensino-aprendizagem (DEBATIN, 2002; LODI, 2003; PEREIRA, 2006; SANTOS, 2007; CABRAL, 2011) e uma voltou-se à análise do Conselho em um regime escolar de ciclos (RODRIGUES, 2010), dados que apontam a predominância, nos estudos do Conselho de Classe, da análise de seu funcionamento em relação a processos avaliativos da aprendizagem, indicando ainda a centralidade que assume essa prática no Conselho, tal qual, historicamente, foi sua proposição (DALBEN, 1995).

Nesse âmbito, o trabalho de Debatin (2002) buscou verificar no Conselho de Classe de duas instituições estaduais de ensino de Florianópolis, Santa Catarina, “que tipo de avaliação é praticada nessa instância pelos professores e corpo técnico”. Lodi (2003), por sua vez, analisou a estrutura e o funcionamento do Conselho de Classe no âmbito do “ensino público estadual, buscando apresentar sugestões sobre sua atuação”. A autora verificou a interferência do Conselho no processo de avaliação da aprendizagem.

Pereira (2006) pretendeu colaborar com a reflexão sobre o Conselho de Classe praticado no ensino médio, pela perspectiva da avaliação educacional, tendo em vista perceber os fatores contributivos “para a construção do conceito de Conselho de Classe e de sua atuação, assim como para conhecer e traçar o perfil do Conselho de Classe ideal e o real”.

Na mesma direção, Santos (2007) investigou o Conselho de Classe como espaço coletivo de avaliação buscando compreender seu funcionamento “como instância da avaliação praticada pela escola”, e Cabral (2011) analisou-o “como espaço de avaliação, pelo qual passa todo o resultado do processo educativo, desenvolvido pelo coletivo de professores, em suas respectivas disciplinas”, para o que relacionou ensino escolar e exclusão social.

O estudo sobre o funcionamento do Conselho na organização escolar em ciclos foi realizado por Rodrigues (2010) e enfocou, desde a implantação, o “funcionamento dos Conselhos de Classe no regime escolar dos ciclos na rede municipal” de Santo André, São Paulo.

Quanto às pesquisas que investigaram o Conselho de Classe para apreender como se efetiva a participação da comunidade escolar nesse Conselho, destacaram-se os estudos de Pereira (2007), Buchwitz (2007) e Vargas (2008).

Desde uma perspectiva crítica que considera a escola um centro de reprodução das relações de produção, Pereira (2007) analisou os “fatores que interferem direta e indiretamente na implementação da participação dos alunos e seus pais” no Conselho.

Buchwitz (2007) analisou o Conselho de Classe como colegiado escolar no âmbito das “políticas educacionais voltadas

para a descentralização, que tem seu campo de atuação no universo micro da escola”, sinalizando, como Pereira (2007), a articulação do Conselho a aspectos macro e microestruturais.

Vargas (2008), em sua pesquisa, conseguiu a participação da equipe envolvida no Conselho de Classe e demonstrou que “é possível desenvolver uma gestão democrática participativa na escola pública de Educação Básica”, apesar dos desafios existentes.

No conjunto dessas dez pesquisas, destaca-se ainda o caráter interventivo do estudo de Guerra (2006), que indicou contribuições para o Conselho de Classe com a realização colaborativa de uma “planilha reflexiva” no âmbito das disciplinas envolvidas. Observa-se, assim, que as investigações que buscaram compreender o funcionamento do Conselho de Classe foram preponderantes em relação a estudos interventivos, como o de Guerra (2006).

Os municípios em que o Conselho de Classe foi especificamente investigado indicam maior concentração da coleta de dados na região Sudeste do Brasil e, secundariamente, na região Sul. Apenas duas das dez pesquisas envolveram municípios do estado de Goiás e o Distrito Federal, o que provavelmente está vinculado à origem dos acadêmicos participantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* e à própria localização desses programas. Os municípios participantes foram citados em cinco pesquisas, que apontaram Florianópolis (SC), São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP), Maringá (PR) e Santo André (SP). Outras quatro destacaram apenas a unidade da federação envolvida: São Paulo (duas pesquisas), Goiás e Distrito Federal. Um dos resumos não especificou a cidade nem o estado em que foi realizada a investigação. Assim, pesquisas específicas sobre Conselhos de Classe de escolas de outros estados brasileiros são também lacunares.

Quanto aos programas de pós-graduação vinculados às pesquisas, há preponderância da rede privada de ensino. Constataram-se seis programas pertencentes a essa rede (duas pesquisas são do mesmo programa), com instituições do estado de São Paulo (cinco programas) e do Distrito Federal (um programa) e três programas vinculados a instituições pú-

blicas – uma do estado de São Paulo, uma de Santa Catarina e uma do Distrito Federal. Os achados desta pesquisa podem ser corroborados pela constatação de André (2006) acerca da concentração da pesquisa científica da área da Educação no Sudeste brasileiro. Eles avançam, entretanto, quando indicam que os municípios em que os Conselhos de Classe foram objeto central de investigação estão também predominantemente localizados nessa região.

A área do conhecimento relacionada às pesquisas sobre o Conselho de Classe concentra-se na Educação (90%), e um dentre os dez trabalhos é da área da Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (GUERRA, 2006). Quanto às palavras-chave apresentadas, nove trabalhos incluem o Conselho de Classe, e em um deles não consta nenhuma palavra-chave (RODRIGUES, 2010). O Conselho de Classe está presente nos títulos de todas essas pesquisas, reafirmando a centralidade que ele assume nesses processos investigativos.

Os referenciais teóricos utilizados foram explicitados em quatro resumos e indicam uma pluralidade de vertentes conceituais usadas para a análise do Conselho de Classe: Dalben, Rocha, Firme, Luckesi, Hoffman, Sacristán e Gómez são indicados por Debatin (2002); Provus (1971) e Argyris (1974, 1990) são citados por Pereira (2006); Engestrom (1994), Leontiev (1977, 2003), Vygotsky (1987), Bakhtin (1953, 1992), Alvarez (2002), Kemmis (1987), Magalhães (1998, 2002) e Liberali (1999, 2002), por Guerra (2006); e Tragtemberg, por Pereira (2007).

Quanto à metodologia das investigações, observou-se que, quando houve indicação quantitativa sobre a coleta de dados, ela se referiu a um número reduzido, não ultrapassando duas escolas. Sobre os instrumentos de coleta de dados, cinco trabalhos indicaram o uso de três instrumentos: abordagens orais (entrevista/relato de experiência/depoimento), análise documental e observação. Três trabalhos destacaram dois instrumentos de coleta de dados: observação/questionário, gravações e filmagem/entrevista e análise documental/depoimento. Um dos resumos apontou apenas a análise documental, e outro, apenas a observação.

A observação foi citada em oito dos dez resumos analisados, o que indica sua valorização em relação aos demais

instrumentos de coleta de dados sobre o Conselho de Classe. Ela é seguida da entrevista (incluiu-se aqui o depoimento) e da análise documental, que foram utilizadas em sete trabalhos. O questionário foi apontado em apenas uma das investigações, o que pode demonstrar a percepção de sua possível limitação para a apreensão de dados sobre o Conselho, pelas pesquisadoras. Constata-se, assim, nesses estudos, um cuidado que demonstra “atenção especial ao *informante*, ao [...] *observador*, e às *anotações de campo*” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138, grifos do original) quando se analisa o Conselho de Classe.

Ainda sobre os aspectos metodológicos, verificou-se a predominância dos estudos qualitativos, possivelmente por melhor responderem aos problemas investigados e às próprias características do Conselho, essencialmente interativas. Dentre os cinco resumos que enfatizaram essa abordagem (PEREIRA, 2006; BUCHWITZ, 2007; SANTOS, 2007; VARGAS, 2008; RODRIGUES, 2010), três estão associados ao estudo de caso (PEREIRA, 2006; BUCHWITZ, 2007; VARGAS, 2008). Uma pesquisa destacou como “metodologia a pesquisa crítica de cunho colaborativo [...], que é um processo investigativo com o objetivo de compreender e de transformar práticas pedagógicas” (GUERRA, 2006), evidenciando seu caráter interventivo, tal como já destacado. Pereira (2007), por sua vez, apontou a pesquisa “de natureza empírica”, e Cabral (2011), Debatin (2002) e Lodi (2003) não especificaram o tipo de estudo realizado.

O CONSELHO DE CLASSE NAS DEMAIS 57 PESQUISAS: INDICATIVOS DE UM ESPAÇO COMPLEXO

A predominância da área da Educação observada nos dez estudos específicos sobre o Conselho de Classe confirmou-se em relação às demais 57 pesquisas que o relacionaram a seus processos investigativos. Nesse grupo, o número de trabalhos vinculados à área totaliza 43 (75,4%). Entretanto, áreas afins foram identificadas em 14 trabalhos (24,5%), assim distribuídos: Sociologia e Antropologia (2), Linguística (2), Educação: História, Política, Sociedade (1), Psicologia Social e Institucional (1), Psicologia (1), Educação Escolar (1), Ensino

de Ciências e Educação Matemática (1), Educação Física (1), Educação nas Ciências (1), Letras (1), Ciências da Atividade Física (1) e Gestão e Desenvolvimento Regional (1).

Os achados desta pesquisa indicam que o Conselho de Classe é um espaço contraditório, cujos encaminhamentos e discussões reafirmam sua complexidade. Ao apresentarem diferentes concepções sobre o Conselho e ao perceberem-no como um espaço profícuo em termos de o que acreditam que possa ser compreendido nesse espaço, os pesquisadores definiram-no como instância de coleta de dados para atingir objetivos referentes a outros estudos.

Assim, diante dessa constatação e para efeitos desta investigação, as 57 pesquisas foram organizadas em cinco categorias com base em seus objetos de estudo em relação à realidade escolar e ao Conselho de Classe, a saber: a) Processos ou princípios democráticos e Conselho de Classe; b) Profissional docente e Conselho de Classe; c) Relações interpessoais e Conselho de Classe; d) Escola, processo ensino-aprendizagem e Conselho de Classe; e) Diversidade e desigualdade na escola e Conselho de Classe.

PROCESSOS OU PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS E CONSELHO DE CLASSE

Nesta categoria, estão estudos sobre a participação na escola (2), a formação para a cidadania (1), a autonomia (1), a gestão e/ou gestão democrática (7) e o princípio da cooperação (1), perfazendo 12 pesquisas.

Analisar as estruturas de participação encontradas na fala em interação de sala de aula em uma escola pública foi o objeto de estudo de Schulz (2007). A autora gerou dados etnográficos e microetnográficos obtidos na escola com observação participante e gravações audiovisuais “de interações de sala de aula e do Conselho de Classe Participativo”. Os dados permitiram-lhe concluir que a construção de participação realizada na sala de aula e no Conselho está vinculada com a história da escola e com as ações diárias dos professores. A pesquisadora indicou que os alunos participam do Conselho de Classe expressando tanto suas dificuldades quanto as aprendizagens efetivadas.

Leles (2007) analisou a participação de alunos de ensino médio de duas escolas públicas em seus espaços de atuação, entre eles o Conselho de Classe. Concluiu que eles têm baixo grau de autonomia e que “a participação está mais no campo da execução”, isto é, os alunos mais executam os projetos da escola do que contribuem nos processos decisórios de definição, o que a autora atribuiu à existência da dominação tradicional no âmbito escolar. A participação dos alunos nas instâncias da escola foi classificada em três grupos: autônoma, tutelada e negada, formas que são mais participativas, vigiadas pelos profissionais e não participativas, sucessivamente.

Cunha (2005) investigou a concretização dos espaços “para a formação e o exercício da cidadania no ensino médio”. Por meio de análise documental e pesquisa em três escolas públicas, examinou a construção da cidadania pela participação do aluno no Conselho de Classe e em outros espaços. Como Leles (2007), concluiu que a participação se dá no sentido formal e que os espaços existentes para tomada de decisões não funcionam, pouco contribuindo para a formação para a cidadania, bem como para seu exercício pleno.

A pesquisa sobre a autonomia da escola pública em São Paulo, de Gaspar (2004), usou a análise documental e a observação das escolas em que foi realizada, complementadas “por participação em reuniões pedagógicas, [...] de conselhos de Classe e dos colegiados das escolas”. Sendo um dos espaços de ação coletiva dos quais a autora participou, o Conselho foi relacionado por ela diretamente à efetivação da autonomia na escola. Gaspar (2004) concluiu que, embora o discurso e a legislação valorizem a autonomia, nas escolas ainda há o exercício do autoritarismo e do poder. A autonomia, conforme finaliza a pesquisadora, deve ser construída via participação dos sujeitos coletivos.

Dentre as sete investigações sobre gestão e/ou gestão democrática, Costa (2005) analisou a relação entre a concepção e a prática da gestão democrática de diretoras de creches do município de João Pessoa, Paraíba. Em abordagem qualitativo-quantitativa, destacou a existência de uma concepção significativa no plano do discurso sobre essa gestão pelas

diretoras, mas o desconhecimento dos meios que a viabilizam, dentre os quais incluiu o Conselho de Classe. Esses dados confirmam o que foi apontado por Dalben (1995) sobre o desconhecimento pela gestão da escola dos propósitos e das possibilidades do Conselho de Classe no âmbito escolar e permitem colocar em xeque a formação docente no que concerne aos fundamentos teórico-práticos da gestão democrática e do Conselho de Classe. Segundo Dalben (1995, p. 188), tal desconhecimento possibilita que se instaurem na organização da escola “a atomização do corpo social, a desarticulação da comunidade escolar”, dificultando a ação pedagógica.

Silva (2005a) investigou a gestão escolar em três centros integrados de educação pública de uma rede estadual. A autora estudou as relações “entre as diretoras e os segmentos escolares, tendo como referência as políticas educacionais vigentes e os resultados que provocam nos âmbitos administrativo e pedagógico”. Salientou que se valeu dos afazeres das diretoras “em seu próprio ambiente, nos conselhos de classe e em encontros de pais e/ou responsáveis”. Aproximando-se desses espaços, considerou que a frágil democratização da escola está relacionada ao controle burocrático exercido sobre ela, aspecto que leva à priorização pelas diretoras das questões administrativas e burocráticas da gestão escolar.

Ribeiro (2008) analisou o papel do projeto pedagógico como instrumento de gestão de uma instituição pública de ensino médio do Distrito Federal. Na abordagem de seu objeto de estudo, o Conselho de Classe foi uma das instâncias observadas pela autora, que também utilizou questionários e entrevistas que envolveram 151 participantes. Os dados coletados permitiram à pesquisadora inferir que o projeto pedagógico tem influência na qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Em pesquisa bibliográfica e análise documental, Trindade (2009) investigou “a atuação da legislação, federal e estadual, na implementação e regulamentação da gestão democrática da escola pública” do estado de São Paulo. A autora apontou o Conselho de Classe e o Grêmios estudantil, entre outros, como colegiados com potencial para essa gestão, uma vez que são reconhecidos como espaços de participação. Ela

asseverou, entretanto, que a possibilidade de participação e de gestão democrática ficou restrita, na medida em que as funções dos diferentes representantes são definidas de antemão pela legislação.

A pesquisa de Camacho (2010) analisou a participação da comunidade na democratização da gestão escolar de duas instituições da rede pública de São Paulo. A autora ressaltou o Conselho de Classe como um dos espaços que favorecem a participação de pais e alunos na gestão democrática e realizou entrevistas com professores, alunos, pais e gestores para compreender como se dá seu funcionamento, tendo em vista essa categoria.

Santos (2011) pesquisou a implementação da gestão democrática nas escolas públicas municipais de João Pessoa com base nos “espaços e mecanismos de participação previsto[s] no Sistema Municipal de Ensino – SME, buscando compreender os limites e possibilidades da Gestão Democrática”. Embora considere uma possibilidade concreta da gestão democrática a efetivação dos “mecanismos e espaços de participação”, destacou como limite dessa gestão a não participação discente nos Conselhos de Classe, tal como apontado por Dalben (1995, 2004). Santos (2011) ressaltou ainda a fragilidade da participação da comunidade escolar e local nesse processo.

A última pesquisa sobre gestão escolar é de Xavier (2010), que analisou a “importância da gestão participativa para o desenvolvimento das escolas [...] estaduais e municipais do Distrito de Icoaraci, município de Belém, segundo a visão de seus gestores”. Com abordagem quantitativa e envolvendo 120 gestores, a autora utilizou o questionário na coleta de dados e demonstrou que a existência de órgãos colegiados, como o Conselho de Classe, foi o principal avanço das escolas praticantes da gestão compartilhada, de acordo com os participantes. Chama a atenção que sua pesquisa tenha sido desenvolvida na área de Gestão e Desenvolvimento Regional de um programa de mestrado profissionalizante, sendo relacionada, portanto, aos estudos sobre desenvolvimento regional no estado do Pará. Com isso evidencia-se a relação estabelecida entre o Conselho, a gestão participativa

e o desenvolvimento regional. Aspectos como o individualismo, a limitada valorização docente e o autoritarismo foram os principais elementos apontados pelos gestores como aspectos que geram dificuldades à gestão participativa.

Finalizando, Dantas (2006) analisou o princípio da cooperação com base em Freinet. Na pesquisa considerou que o princípio da cooperação, tal como proposto por Freinet, proporciona o desenvolvimento de relações que favorecem a organização de diferentes atividades, dentre as quais são citadas a reunião cooperativa, a conversa livre e o Conselho de Classe. Além disso, Dantas (2006) considerou que, em Freinet, a cooperação não exclui a individualidade dos sujeitos.

PROFISSIONAL DOCENTE E CONSELHO DE CLASSE

Nesta categoria estão seis pesquisas que investigaram no Conselho de Classe dados referentes ao professor: sua formação (4), saberes (1) e identidade profissional (1).

Quanto à formação docente, Alves (2007) pesquisou os efeitos e as contribuições de um espaço de formação destinado a 40 coordenadoras pedagógicas de uma rede municipal. Ao examinar os documentos que produziram, concluiu que as “vozes de alunos, funcionários e comunidade” passaram a ser incorporadas nos Conselhos de Classe após a realização da referida formação, um avanço indicado como positivo.

Tessarín (2007) examinou o papel do diretor como articulador da formação docente nos espaços destinados a ela na escola, dentre os quais destacou o Conselho de Classe. Entre outros procedimentos de pesquisa, a autora indicou no resumo de seu trabalho ter analisado as atas de quatro desses Conselhos. Concluiu que o professor passou a ser sujeito de sua formação, tendo o diretor um papel central nesse processo.

A formação inicial e continuada de professores foi pesquisada por Messer (2007), que avaliou sua implicação no desenvolvimento do currículo da educação de jovens e adultos (EJA), tendo em vista o rompimento com uma educação monocultural e disciplinar. A autora relata sua participação no Conselho de Classe e na “vida da EJA da escola pesquisada”. No resumo apresentado relatou ter apontado, em sua pesquisa, aspectos que permitem uma reflexão tanto sobre

a formação de professores quanto sobre o currículo dessa modalidade de educação.

Para investigar as estratégias de uma pedagoga a fim de “gerar a formação centrada na escola”, Campos (2010) coletou dados nas reuniões de trabalho docente coletivo e nos Conselhos de Classe. Assim, investigando tais estratégias também nos Conselhos de Classe, a autora ressaltou que o trabalho da coordenação pedagógica é formativo quando favorece a “vivência de experiências coletivas e compartilhadas” pelos professores.

A pesquisa que investiga os saberes docentes, de Martins Júnior (2009), analisou os saberes gestados por professoras de sucesso em um contexto social rural. Por meio de instrumentos de coleta de dados que “buscaram as falas, os escritos e as ações” das professoras pesquisadas, o Conselho de Classe foi relacionado aos saberes políticos que as docentes constituíram ao desenvolverem práticas de autonomia quando da participação nesse Conselho, no colegiado e no projeto político-pedagógico da escola.

Quanto à pesquisa que discutiu a questão da identidade profissional do professor, Marinho (2008) destaca como instrumentos de coleta de dados a realização de entrevistas e a observação de atividades como Conselho de Classe, reunião pedagógica e aulas, tendo em vista apreender marcas identitárias de professores das séries iniciais do ensino fundamental. Com base na análise dos dados, a autora asseverou que os professores dos anos iniciais constituem a identidade profissional desde sua formação, socialização e prática profissional, diferenciando-se de professores dos anos finais, que são marcados por uma orientação disciplinar.

Os achados desta pesquisa indicam, portanto, que o Conselho de Classe é compreendido como espaço que propicia a formação docente, mas também como espaço onde os efeitos da formação inicial e continuada podem ser observados. Além disso, é um espaço de construção da identidade do professor.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E CONSELHO DE CLASSE

Este grupo é constituído por nove trabalhos que envolvem investigações sobre a relação entre família e escola (1), professor e aluno (2), indisciplina (3), violência na escola (1), *ethos* escolar (1) e exclusão escolar oculta (1).

A pesquisa que investigou a relação entre escola e família, de Polonia (2005), verificou o que diretores, professores, pais e alunos pensam sobre essa relação. O estudo contou com 391 participantes de 16 escolas. A autora utilizou instrumentos de coleta de dados como entrevista, questionário e visita domiciliar. Dentre as conclusões, destacou que, na “5ª série, os pais estão presentes às reuniões/conselhos de classe”, o que permite depreender que, para a pesquisadora, a presença dos pais nos Conselhos é uma das expressões dessa relação.

Dentre as pesquisas sobre a relação entre professor e aluno, Castro (2006), em estudo etnográfico que buscou “contribuir para uma visão crítica das práticas da sala de aula”, estudou o controle docente sobre os alunos por meio de uma análise indutiva realizada na sala de aula e nos Conselhos de Classe de uma escola pública. Com o estudo, a autora pretendeu contribuir para a minimização da exclusão escolar, e a observação dos Conselhos foi utilizada de modo a colaborar para a compreensão das informações dadas por seus membros sobre a prática pedagógica e a hierarquia da escola. A autora ainda destacou que as categorias temáticas vinculadas ao Conselho de Classe foram descritas no relatório da pesquisa.

Nunes (2008), por sua vez, relacionou a vida de alunos moradores de uma favela (onde se encontrava a escola) às perspectivas de professores e diretores sobre esses alunos. Para o autor, as perspectivas existentes são construídas ao longo da trajetória escolar nos Conselhos de Classe, considerados por ele como reuniões que vão além da avaliação dos alunos, pois definem quem eles são e quem serão.

Os três trabalhos que investigaram a indisciplina na escola (BORTOLAS, 2002; SILVEIRA, 2005; BAU, 2011) utilizaram dados coletados no Conselho de Classe. Bortolas (2002) observou e analisou o Conselho de Classe como um dos dispositivos que permitem o funcionamento da escola, compreendida como instituição disciplinar. Para a autora, embora a instituição

pesquisada busque a renovação, ela se reproduz na medida em que nomeia os alunos de indisciplinados, tornando-os disciplinados “dentro da distribuição disciplinar”.

Silveira (2005), em sentido semelhante, analisou as “medidas disciplinares nos Livros de Advertências, os Regimentos Escolares, os Projetos Político-Pedagógicos, as Propostas Pedagógicas, os Conselhos de Classe, nas 5^{as} séries de seis Escolas Públicas” para identificar como se caracterizava o aluno como (in)disciplinado e verificar a disciplina existente. O autor concluiu que estratégias de dominação fortalecem e padronizam as condutas dos alunos. Por fim, Bau (2011) analisou a indisciplina na sala de aula e a relação existente com a ação do professor. Realizou “pesquisa documental e verificação dos resultados e relatórios do Conselho de Classe”, o que lhe permitiu concluir que a desorganização das classes (desinteresse pelo conteúdo, indisciplina, etc.) tem impacto negativo na aprendizagem dos alunos.

Ainda sobre as relações interpessoais na escola, a violência foi objeto de estudo de Teixeira (2008), que verificou a percepção de alunos e professores de uma escola estadual sobre a temática. O autor atribuiu o interesse pela realização da pesquisa à sua experiência como professor e também à necessidade surgida da convivência com os outros professores e alunos, especialmente no Conselho de Classe e nas reuniões com os pais, o que evidencia o potencial reflexivo dessa instância colegiada.

No estudo sobre o *ethos* escolar desenvolvido a partir de abordagem participativa, Furtado (2005) focalizou “seus reflexos na configuração da educação ético-moral” de uma escola particular de Ilhéus, Bahia. Dentre outras conclusões, a autora apontou que o Conselho de Classe pode ser importante para os processos reflexivos e o redimensionamento da ação docente na medida em que seja associado a outros recursos como relatórios, portfólios, entre outros.

A pesquisa de Linch (2002) finaliza a categoria relacionada aos estudos sobre as relações interpessoais. A autora investigou a “Exclusão Escolar Oculta” efetivada na relação entre professor e aluno através de gestos, expressões, falas, olhares e buscou construir uma “trajetória psicopedagógica

de análise e reflexão” sobre o fenômeno. O estudo foi desenvolvido em salas de alfabetização do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, mediante observações em sala de aula, dos Conselhos de Classe e das reuniões de professores, além de entrevistas e análise de pareceres avaliativos dos alunos. A autora concluiu que a exclusão escolar oculta acontece na relação professor-aluno no cotidiano da escola e tem diferentes manifestações, como enviar bilhetes de reclamação, trocar alunos de turma, entre outras formas.

ESCOLA, PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E CONSELHO DE CLASSE

Totalizando 24 trabalhos, esta categoria reúne estudos sobre repetência (4), avaliação discente e/ou institucional (15), ensino-aprendizagem – mais especificamente (3), exclusão intraescolar (1) e cultura escolar (1).

Dentre as pesquisas sobre repetência, a investigação de Sá Earp (2006) foi realizada em duas escolas públicas (uma municipal e uma estadual) da cidade do Rio de Janeiro. Seus estudos revelaram a estrutura de aula como reprodutora da cultura da repetência, uma vez que o professor não ensina a todos os alunos. A sala de aula é descrita pela autora por meio da metáfora “centro-periferia”, onde estão os alunos que são ensinados pelo professor e os demais. Sá Earp destacou, como conclusão, que o Conselho de Classe legitima o ritual da sala de aula.

Souza (2006) investigou o percurso escolar e o perfil de 16 alunos do ensino fundamental II, participantes de um projeto de recuperação paralela de uma escola pública estadual paulista. A autora analisou as percepções dos alunos, familiares e professores sobre a “situação de fracasso escolar”. O Conselho de Classe foi apresentado no título do trabalho: “‘Promovido pelo Conselho de Classe’ ou ‘Retido no Ciclo II’: Qual a diferença?”, o que indica sua relação com a retenção discente no contexto da aprendizagem escolar.

Mandelert (2010) analisou a repetência em “colégios de prestígio e camadas médias e altas”, utilizando quatro escalas diferentes. Em nível ampliado, usou dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2006

(comparando dados do Brasil, do México, da Argentina e da Colômbia); utilizou também dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), referentes a 15 escolas entre as de maior pontuação nesse exame, para construir um panorama do fluxo escolar; em nível escolar, investigou duas instituições de prestígio para compreender a entrada e a saída de alunos nos 11 anos de escolarização. Em nível micro, observou os Conselhos de uma das escolas. Para a autora, na avaliação final dos alunos destacam-se certo tipo de envolvimento da família e a melhor adequação de alunos de camadas médias à proposta de escolas de prestígio.

Finalizando os estudos sobre repetência, Vasconcellos (2010) estudou uma classe de repetentes de primeira série do ensino fundamental. Analisou “os processos que levam à repetência a partir das vivências e experiências dos alunos e alunas em sala de aula”, explicitando as seguintes categorias de análise: “absenteísmo, produção textual, reprovação, violência, repetência”. Como conclusão, destacou que o Conselho de Classe tem um “papel decisivo” e pouco claro nesse processo.

Dentre as 15 pesquisas sobre avaliação, Oliveira (2002) avaliou-a no contexto da organização do trabalho pedagógico de uma escola pública do Distrito Federal, “destacando sua concepção, suas finalidades, sua abrangência”. Em pesquisa qualitativa, utilizou análise documental, entrevistas e observação de “eventos ordinários e extraordinários ocorridos na escola”, dentre os quais apontou o Conselho de Classe. Concluindo, a autora verificou a centralidade atribuída ao Conselho pelo coletivo da escola como instância de avaliação.

O trabalho de Tenreiro (2002) examinou, em estudo de caso de uma escola municipal paranaense, a compreensão de pais, alunos e professores sobre a avaliação da aprendizagem. A participação nos Conselhos de Classe foi uma das estratégias de coleta de dados utilizada. A autora concluiu que a concepção de ensino-aprendizagem existente, isto é, entendida como um processo de elaboração de formas de pensar e de relacionar conteúdos, se refletiu na avaliação da escola.

Ferreira (2002a) investigou a influência do Programa de Avaliação Seriada (PAS), da Universidade de Brasília, sobre as práticas avaliativas de uma escola de ensino médio do

Distrito Federal. Além de outros procedimentos de coleta de dados, o Conselho de Classe foi observado e as atas de suas reuniões foram analisadas como um dos “eventos escolares em que a avaliação esteve presente”. A análise dos dados de campo permitiu à autora concluir que o PAS vem se refletindo nas práticas avaliativas da escola.

Santos (2003) estudou a percepção de professores do ensino fundamental de uma escola pública de um município do Rio de Janeiro sobre a avaliação. Através de estudo de caso, a observação dos professores no Conselho foi uma das etapas destacadas. Santos considerou o predomínio da avaliação normativa, uma vez que não é percebida como instrumento de avaliação da prática pedagógica, para além da aprendizagem discente.

Estudando as práticas avaliativas de duas professoras das séries iniciais do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal, após a realização de análise documental, entrevistas e observação em sala de aula, Oliveira (2004) destacou que o Conselho de Classe constituiu um avanço na prática avaliativa das professoras e que sua prática avaliativa continha componentes da avaliação formativa.

Ribeiro (2005) analisou se o discurso sobre a avaliação formativa mantém, fortalece ou transforma as relações de poder entre professores e professoras, alunos e alunas. Utilizou textos produzidos em diferentes práticas discursivas, dentre os quais incluiu a transcrição da observação do Conselho de Classe. Após a análise dos dados, a autora verificou que a visão discente e docente sobre a avaliação mudou pouco em relação à proposta apresentada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, que instituiu a avaliação formativa como forma de avaliação.

No trabalho de Silva (2005b), o foco foi compreender como se efetiva a avaliação institucional na rede pública estadual de ensino, para o que foi pesquisada uma escola de educação básica de médio porte de Salvador, Bahia. A autora aponta categorias definidas para a coleta de dados, indicando a emergência do Conselho de Classe como uma das novas categorias surgidas na investigação.

Bastos (2007) verificou a avaliação da aprendizagem em

uma escola estadual de ensino fundamental mineira organizada em ciclos para compreender como as professoras “percebem e implementam as práticas pedagógicas avaliativas e o que estas práticas sinalizam”. Quinze professoras participaram da pesquisa, que utilizou entrevista, questionário, análise de diários e gráficos de resultados, além da observação de nove Conselhos de Classe. Os dados permitiram à pesquisadora constatar que a avaliação realizada pelos sujeitos pesquisados mantém características do enfoque tradicional, embora se esforcem para levar em conta aspectos formativos.

Dias (2008) enfocou as “articulações no processo avaliativo” desenvolvido em um colégio paranaense. Em estudo etnográfico, foram acompanhadas as atividades do colégio e o Conselho de Classe, utilizando-se gravações em áudio e anotações em diários de campo. A produção da avaliação foi acompanhada com atenção no processo avaliativo como articulação, rica em estratégias e “jogos de poder e de resistência”.

A pesquisa de Christofari (2008) analisou a avaliação da aprendizagem associada aos “movimentos de inclusão escolar e a organização curricular por Ciclos de Formação” em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Dentre outras técnicas de coleta de dados, Christofari observou o Conselho de Classe e concluiu, de forma semelhante a Bastos (2007), que continuidades e rupturas coexistem na realidade pesquisada.

Ainda em relação à avaliação, Tiné (2009) enfocou o ensino médio para compreender o processo avaliativo desenvolvido por uma escola pública do Distrito Federal. Um dos objetivos do estudo foi analisar a contribuição do Conselho de Classe, dentre outros espaços, para a construção do processo avaliativo da escola, motivo pelo qual ele foi observado. Os dados indicaram que houve contribuição das instâncias colegiadas no processo avaliativo realizado pela escola.

Berni (2010) analisou a trajetória e o embasamento teórico de professores de Educação Física da segunda etapa do ensino fundamental, além da aceitação pela comunidade da avaliação descritiva praticada na escola. O Conselho de Classe compôs as conclusões apresentadas no resumo. A autora destacou o fato de esses professores “não poderem

comparecer” a essa reunião, relacionando sua ausência ao encaminhamento divergente da avaliação discente praticada na escola, que é por parecer descritivo.

Também sobre avaliação em Educação Física, Silva (2011) buscou verificar avanços e limites da avaliação da aprendizagem a partir do “par dialético objetivo/avaliação”. O estudo, que teve observação de aulas dessa disciplina, de Conselhos de Classe e análise documental, foi realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás. Os dados analisados indicaram que a avaliação consolida o papel da escola na sociedade capitalista.

Baule (2010) buscou compreender como o processo avaliativo do ensino de Ciências tem se configurado no sistema escolar nas séries finais do ensino fundamental. Foram aplicados 20 questionários a professores de Ciências de oito escolas públicas paraenses e analisadas 187 avaliações discentes. Segundo Baule (2010), o Conselho de Classe colabora para a exclusão dos alunos, pois não avalia a aprendizagem de conteúdos.

Finalizando este grupo, Lima (2011), em estudo de caso etnográfico em uma escola oficial do Distrito Federal, buscou compreender, a partir da “ótica do diretor de uma escola de anos finais do ensino fundamental, sua ação e influência sobre as práticas avaliativas ocorridas na escola em seus três níveis: da aprendizagem, institucional e de larga escala”. Como resultado, assinala que a avaliação em seus três níveis esteve presente nos Conselhos de Classe, sendo a institucional praticada principalmente nesse Conselho.

O terceiro grupo que compõe essa categoria contempla três investigações pontuais sobre o processo de ensino-aprendizagem. Lângaro (2003) desenvolveu uma pesquisa-ação para observar os movimentos “na busca da constituição de uma comunidade de aprendizagem” em uma escola municipal de Porto Alegre. Acompanhou 20 adolescentes não alfabetizados, concluintes do ensino fundamental e observou o Conselho de Classe.

Lazarotto (2006) coletou dados no Conselho para investigar como as “aulas de leitura em inglês se relacionavam com o trabalho de leitura desenvolvido numa escola da rede

pública de ensino de uma cidade do interior do oeste Catarinense”. Sua análise revelou certo distanciamento “entre o discurso normativo e as ações sociais” tanto em relação aos professores quanto em relação aos alunos.

Ainda neste grupo, Barbosa (2006) ressaltou o Conselho de Classe em suas conclusões quando analisou as práticas escolares dos anos iniciais de uma escola municipal de Porto Alegre organizada em ciclos, tendo em vista “desnaturalizar o que parece tão corriqueiro e essencial no cotidiano de tais práticas”. A autora problematizou essas práticas verificando seus efeitos especialmente na normalização “dos corpos posicionados como não-aprendentes”.

Sirino (2009) problematizou a exclusão intraescolar e procurou “identificar, descrever e analisar os atuais processos de exclusão intra-escolar, no contexto da Progressão Continuada”. Foram realizadas observações em sala de aula e em Conselhos de Classe, além de entrevistas. Foram identificados pela autora mecanismos de exclusão nas práticas pedagógicas de sala de aula e nas reuniões do Conselho de Classe, uma vez que não são dadas condições aos alunos para que tenham proveito no processo de escolarização.

Finalizando esta categoria, Nadal (2008) investigou a cultura escolar de duas escolas da rede estadual do município de Ponta Grossa, Paraná, uma de ensino fundamental e uma de ensino médio. Buscou “o desvelamento da cultura escolar, o conhecimento e compreensão da cultura de escolas públicas de educação básica e a formulação de propostas voltadas a contribuir com a tematização e transformação da cultura existente”. O Conselho de Classe foi um dos “momentos coletivos” nos quais a pesquisadora esteve inserida para a coleta de dados de campo. Além disso, atas desse Conselho, entre outros documentos, foram analisadas. Tal iniciativa metodológica é indicativa do Conselho como um espaço que propicia o reconhecimento da cultura escolar existente, bem como de possíveis movimentos instituintes de uma nova cultura.

DIVERSIDADE E DESIGUALDADE NA ESCOLA E CONSELHO DE CLASSE

As pesquisas incluídas na categoria diversidade/desigualdade analisam a inclusão escolar (3), a desigualdade na escola (1), as relações de gênero e educação (1) e a relação entre educação física, folclore e religião (1), totalizando seis trabalhos.

Os estudos sobre inclusão escolar são de Ferreira (2002b), Garcia (2002) e Eidelwein (2006). Ferreira (2002b) acompanhou sete alunos de sete turmas de educação infantil e ensino fundamental de um centro de atenção integral à criança (Caic) de Juiz de Fora, Minas Gerais, para “verificar os procedimentos adotados, adaptados ou transformados pela Instituição, ao buscar inserir alunos com deficiência”. Realizou entrevistas e observações em diversos momentos, locais e ocasiões, sendo o Conselho de Classe considerado uma dessas “ocasiões”. Com base nos dados coletados, a autora considerou que a inclusão é um “desafio superável”.

Garcia (2002) analisou as práticas escolares para verificar como “contribuem para a inclusão do sujeito com necessidades educativas especiais”. Em abordagem qualitativa, utilizou observação, entrevista e análise de documentos do aluno pesquisado e da escola. O Conselho de Classe foi apontado como uma das categorias de análise, o que demonstra sua relevância para a compreensão do paradigma da inclusão no contexto escolar.

Eidelwein (2006) observou Conselhos de Classe para verificar as concepções dos docentes dos anos finais do ensino fundamental de uma escola de educação básica do Sul do Brasil sobre o aluno com necessidades educacionais especiais e sua inclusão na escola. A autora utilizou a análise de discurso como opção metodológica. Além da observação dos Conselhos, vinculada à compreensão das percepções presentes na representação dos professores, os dados foram coletados em entrevistas e análise documental.

A pesquisa de Paim (2003), que focou a desigualdade na escola, discutiu a relação entre capitalismo globalizado e empobrecimento. Atas dos Conselhos de Classe, além de outras estratégias de coleta de dados, foram analisadas especialmente para compreender como os conceitos obtidos por

dois grupos de alunos (um pertencente a áreas de concentração de pobreza e outro advindo de camadas médias urbanas) foram nele discutidos e justificados. O estudo de Paim indica o “aprofundamento das desigualdades no cotidiano escolar”.

As relações de gênero foram investigadas por Pereira (2008), que verificou “se os motivos pelos quais meninos e meninas são encaminhados/as à recuperação paralela são semelhantes”. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Embu, que contava com um projeto de recuperação paralela para alunos com dificuldade em leitura e escrita – Projeto Letras e Livros. Conselhos de Classe foram observados por um ano letivo e entrevistas foram realizadas. O autor concluiu que as construções sociais sobre o masculino e o feminino interferem na decisão sobre os alunos que necessitam de apoio para a aprendizagem.

Finalizando, a análise da relação entre Educação Física, folclore e religião – realizada por Silva (2008) – investigou os significados “partilhados por docentes, discentes e responsáveis de alunos no que concerne às relações e interferências das crenças religiosas nas práticas de Educação Física, quando do desenvolvimento do folclore afro-brasileiro em uma escola pública do município do Rio de Janeiro.” O autor destacou a observação das reuniões dos Conselhos de Classe, reuniões de pais e centros de estudo dos professores, concluindo que ainda existem sinais de discriminação em relação à maneira como os professores tratam da questão do legado africano.

Os dados permitem inferir que, das cinco categorias vinculadas ao Conselho de Classe nas 57 pesquisas, a que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem e à instituição escolar corresponde a 42,10%, ao passo que a que se refere a processos ou princípios democráticos corresponde a 21,05%, seguida da referente às relações interpessoais, que totaliza 15,78%, e das categorias relativas ao profissional docente e à diversidade/desigualdade, que perfazem 10,52% cada uma. Internamente a elas, reafirma-se a centralidade das investigações sobre avaliação, que correspondem a 26,31% do total das 57 pesquisas, e sobre gestão democrática, que representam 12,28% desse total, indicando esses temas como os mais

vinculados à prática do Conselho de Classe, bem como uma pulverização de outros temas analisados, caracterizando sua prática como multidimensional. Os dados demonstram ainda que, nesse conjunto de 57 pesquisas, indicou-se a observação do Conselho em 23 delas e a análise documental, em sete estudos. Outros três estudos ressaltaram que houve participação do(a) pesquisador(a) no Conselho de Classe. Gravação em áudio/vídeo e a indicação do Conselho como uma das categorias de análise foram explicitadas em dois estudos cada.

SOBRE O CONSELHO DE CLASSE: SISTEMATIZANDO OS CONCEITOS E AS CONCLUSÕES EXISTENTES

Considerando-se o total dos 67 resumos analisados, verificou-se que em 16 deles estão presentes conceitos relacionados ao Conselho de Classe. Nesses conceitos, o Conselho é compreendido como espaço para os professores refletirem sobre a prática pedagógica tendo em vista a aprendizagem discente (DEBATIN, 2002); evento ordinário da escola (OLIVEIRA, 2002); dispositivo escolar que permite o funcionamento da máquina escolar enquanto instituição disciplinar (BORTOLAS, 2002); espaço institucional onde conceitos são emitidos e justificados (PAIM, 2003); atividade do cotidiano escolar (MARINHO, 2008); um dos cenários da escola (LÂNGARO, 2003); espaço de avaliação coletiva (SANTOS, 2007; NUNES, 2008; SIRINO, 2009; CABRAL, 2011); espaço de atuação ou participação na escola (LELES, 2007; TRINDADE, 2009); um dos tempos destinados à gestão do conhecimento e à formação docente (TESSARIN, 2007); espaço que favorece a participação e é determinante para a qualidade da democratização da gestão e do ensino-aprendizagem (BUCHWITZ, 2007; CAMACHO, 2010) e, ainda, espaço de avaliação coletiva com potencial para a construção ou reconstrução da proposta pedagógica (PEREIRA, 2007).

Tais conceitos referentes ao Conselho de Classe evidenciam a contradição existente, revelando uma realidade antagônica. Ele é compreendido como uma instância burocrática, vinculada a um cenário, evento ou atividade do cotidiano e, ainda, como um espaço que emite e justifica conceitos sobre

os alunos em uma instituição disciplinar, a escola. Mais positivamente, como uma prática que favorece a democratização da escola, a avaliação coletiva e a formação docente. Esses conceitos expressam a prática social relacionada ao Conselho de Classe (MARTINS, 2009) e indicam a permanência de fragilidades na prática desse Conselho, uma vez que se conservam algumas das constatações feitas por Dalben (1995) quando alerta para a existência de práticas fragmentadas, a fragilidade nas relações, a luta pelo poder, a dicotomia entre o ideal e o real e a pulverização de ideias. Ainda assim, pontos positivos também corroboram as conclusões da autora, especialmente os que se referem ao potencial pedagógico e de fortalecimento do coletivo oportunizado pelo Conselho de Classe.

Nesse contexto, são relevantes ainda as conclusões sobre o Conselho de Classe verificadas em 25 dos 67 resumos analisados. Nove delas constam das pesquisas que o tomaram como objeto central de investigação e 16, das que têm outros objetos de estudo. Assim como em relação aos conceitos existentes, pontos vulneráveis e/ou aspectos positivos foram verificados nos trabalhos encontrados na década pesquisada. As conclusões referem-se à avaliação, à gestão democrática e ao julgamento dos alunos, ocorridos no Conselho de Classe, conforme se pode verificar:

a) Sobre o caráter avaliativo do Conselho de Classe

Debatin (2002) indicou a importância do Conselho de Classe como espaço avaliativo e apontou também que a avaliação realizada no Conselho das escolas pesquisadas tem marcas de uma prática escolar tradicional. Lodi (2003) revelou a dificuldade de atuação no Conselho de Classe quando não são consideradas a concepção e a prática de avaliação das diferentes escolas. O Conselho de Classe foi questionado por Ribeiro (2005) por mostrar-se como um espaço que se reduz à verificação da aprovação ou reprovação do aluno por meio de um ditado de notas, fortalecendo a disparidade de poder entre ele e o professor.

As formas de avaliação e classificação destacadas por Barbosa (2006) em relação ao Conselho de Classe foram

apontadas porque a autora entende que promovem o destino escolar dos alunos e alunas. De forma semelhante, Sirino (2009) revelou a “persistência de mecanismos de exclusão” no Conselho de Classe e Vasconcellos (2010) ressaltou que sua prática avaliativa é decisiva para a manutenção de formas obscuras de aprovação ou reprovação dos alunos pelos docentes. Cabral (2011) enfatizou a ocorrência, no Conselho de Classe, de uma avaliação informal e não explícita da sala de aula, que contribui para a repetência e a exclusão escolar. Ainda sobre a avaliação, Baule (2010) concluiu que no Conselho de Classe não ocorre a avaliação da aprendizagem de conteúdos pelos alunos, contribuindo para sua exclusão pela não aprendizagem dos conhecimentos historicamente construídos.

Nos Conselhos de Classe de escolas de prestígio observados por Mandelert (2010), a autora verificou que a manutenção das médias em zonas de corte e a composição das turmas favoreceram a reprovação discente e, ainda, que na avaliação “final destaca-se a importância de um tipo específico de envolvimento familiar e a melhor adequação dos alunos das camadas médias no projeto de escolas de prestígio”.

Resultados positivos sobre o Conselho de Classe foram demonstrados por Oliveira (2002), quem destacou que foi “considerado pelo coletivo da escola (alunos, professores, equipe de direção) como a instância avaliativa mais importante da escola”. Oliveira (2004), por sua vez, indicou que a realização do Conselho, entre outros, foi um dos aspectos que significaram avanços na prática avaliativa das professoras pesquisadas. Furtado (2005) destacou que o Conselho de Classe, quando articulado a “instrumentos didáticos como: relatórios individuais, portfólios, ‘diários de bordo’, [...] utilizados de forma coordenada e concomitante, forneceram um suporte consistente ao processo reflexivo e ao redimensionamento da ação pedagógica”.

Guerra (2006) apontou transformações no Conselho após a organização colaborativa de uma planilha reflexiva. Entretanto, evidenciou também o papel centralizador do coordenador pedagógico, que “determina o resultado final do aluno sem buscar argumentos ou levar os professores à reflexão”, indicando como se dá a divisão do trabalho nesse Conselho.

Santos (2007) demonstrou como resultado que o Conselho de Classe passa por uma transição e que fortalece o trabalho coletivo, sendo uma oportunidade de reflexão que propicia práticas avaliativas mais democráticas.

b) Sobre a gestão democrática da escola e a participação no Conselho de Classe

Costa (2005) destacou o desconhecimento por parte das gestoras participantes da pesquisa acerca do Conselho de Classe como um dos meios capazes de efetivar a gestão democrática. Pereira (2006) alertou para a discrepância entre o que prevê a proposta oficial para o Conselho de Classe e como ele é implantado na prática da escola de ensino médio pesquisada. Com base na teoria da ação, concluiu que o Conselho de Classe estudado pautou-se em “referências teóricas frágeis e conflitos”.

Ainda nesse grupo, Buchwitz (2007) concluiu que a participação no Conselho de Classe “é mediada por relações de poder” reveladas na interpretação das falas existentes, mas também que essas falas são determinantes para a “ampliação da democracia” na escola. Pereira (2007) ressaltou que, apesar do esforço da direção da escola pesquisada para propiciar a participação de pais e alunos nos colegiados, ainda se verificou a prática da maioria dos professores entremeada por “representações tradicionais de cunho patrimonialista”.

Resultados positivos relacionados à participação foram destacados por Schulz (2007), quando indicou que a forma como foi construída a participação nesse Conselho possibilitou aos alunos o papel de “protagonistas de seus processos de aprendizagem”. Vargas (2008) ressaltou avanços na relação escola-comunidade e especialmente na relação escola-família pela participação desses grupos no Conselho de Classe, destacando também mudanças em aspectos como indisciplina e aprendizagem dos alunos. Ainda sobre a participação, Martins Júnior (2009) chamou a atenção para a ampliação da categorização inicialmente pesquisada por ele, apontando a constituição de saberes políticos pelas professoras investigadas, como resultado da prática da autonomia para a participação democrática nos Conselhos de Classe.

Quanto à gestão democrática, Xavier (2010) concluiu que, segundo a visão dos gestores envolvidos no estudo, a existência de órgãos colegiados, como o Conselho de Classe, constituiu-se como um avanço para as escolas que praticam a gestão compartilhada.

c) Sobre processos de julgamento dos alunos no Conselho de Classe

Silva (2005b) destacou o Conselho de Classe como uma das categorias surgidas na análise dos dados empíricos, “como instância de julgamento do aluno”. Sá Earp (2006) chamou a atenção para a legitimação do ritual da sala de aula pelo Conselho de Classe, por meio do julgamento que atribui valores morais ao juízo escolar. Finalizando as constatações deste grupo, Nunes (2008) concluiu que o Conselho de Classe funciona como instrumento para definir o tipo de aluno que é o jovem e, assim, o tipo de pessoa que ele será.

O CONSELHO DE CLASSE NAS PESQUISAS: O QUE SE PODE CONCLUIR SOBRE A DÉCADA PESQUISADA

Considerando todos os resumos analisados e a forma como apresentaram a função ou a importância do Conselho de Classe nas pesquisas empreendidas, podem-se formular as seguintes conclusões:

a) Há apenas dez estudos que investigaram especificamente o Conselho de Classe; a maioria utilizou abordagens compreensivas para apreender aspectos de seu funcionamento e de como se dá a participação dos envolvidos. Verificou-se uma lacuna quanto a investigações específicas sobre o Conselho em outras regiões do Brasil além de Sul e Sudeste, pois os programas aos quais estão vinculados esses estudos, bem como os municípios ou estados cujos dados do Conselho de Classe foram analisados nessas pesquisas, pertencem majoritariamente a essas regiões. Do ponto de vista metodológico, nesses dez trabalhos prepondera a abordagem qualitativa; em

três deles ela é associada ao estudo de caso. Para a coleta de dados predomina o uso da observação, seguida da entrevista e da análise documental. Além disso, oito dos dez estudos utilizam mais que um instrumento de coleta de dados, o que indica a percepção da complexidade da prática do Conselho de Classe.

b) Embora pouco pesquisado, verifica-se a compreensão da importância e da complexidade do Conselho pelos pesquisadores, aspecto observado com base nos dados complementares buscados nele, pois em 57 pesquisas que não o têm como foco central de estudo, ele é uma das instâncias de coleta de dados, principalmente por meio da observação e secundariamente pela análise documental. Ele também compõe alguns resultados apresentados.

c) O estudo do Conselho de Classe ou sua participação é preponderante nas pesquisas pertencentes à área da Educação (77,6% dos 67 trabalhos encontrados). Entretanto, verifica-se sua relevância para campos de estudo como Sociologia e Antropologia, Gestão e Desenvolvimento Regional, Psicologia Social e Institucional, Linguística, Psicologia, Educação Física, Ensino de Ciências e Educação Matemática, entre outros.

d) O número reduzido de estudos específicos sobre o Conselho de Classe aponta a necessidade de um avanço nas pesquisas que propicie o aprofundamento da compreensão desse órgão colegiado, de seus encaminhamentos, formas de realização, percepção pelos membros da escola, das contribuições ou dos impactos de suas decisões na comunidade escolar e não escolar, de sua articulação com os aspectos macro e microestruturais. Além disso, a efetivação de pesquisas colaborativas ou interventivas, que incidam sobre a prática, podem ser também ampliadas, pois se mostram lacunares. Essa ampliação pode ser relevante para a transformação das práticas realizadas nessa instância, favorecendo a superação das fragilidades e das contradições existentes.

e) O Conselho está vinculado a 15 pesquisas sobre avaliação e a dez trabalhos sobre gestão/gestão democrática e participação/cooperação. Sobre a formação docente e a repetência, a quatro trabalhos em cada temática. Sobre a indisciplina, o processo de ensino-aprendizagem e a inclusão escolar, a três trabalhos em cada uma delas. Sobre a relação professor-aluno, a dois trabalhos. As demais problemáticas contemplam um trabalho: saberes docentes, identidade profissional do professor, relação escola-família, violência na escola, *ethos* escolar, exclusão escolar oculta, formação para a cidadania, autonomia, exclusão intraescolar, cultura escolar, desigualdade na escola, relações de gênero, relação entre Educação Física, folclore e religião. Tais achados reafirmam a centralidade dos processos avaliativos no âmbito do Conselho de Classe, o que ocorre desde sua criação. Indicam também sua vinculação aos processos democráticos de gestão da escola, pois é compreendido como um dos instrumentos para sua viabilização, tal como destacado por Dalben (1995, 2004). Os outros temas relacionados ao Conselho demonstram a ampliação da prática desse colegiado, especialmente os que se referem à formação, à construção de saberes e da identidade docente e à inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial – um processo ainda em construção. Além disso, verifica-se o entendimento sobre suas possibilidades de formação para a cidadania, possivelmente por seu potencial democrático.

f) Os conceitos explicitados sobre o Conselho de Classe indicam os antagonismos da prática, expressos na ampla concepção de sua função relacionada a aspectos burocráticos, ao fato de ser um espaço de justificação de conceitos sobre os alunos e de seu disciplinamento, mas também de avaliação coletiva e de participação. Demonstra ser um avanço em relação a outros estudos a constatação de sua percepção como espaço de reflexão sobre a prática docente, de potencial para a reconstrução da proposta pedagógica da escola e de gestão do conhecimento.

g) As conclusões existentes indicam a manutenção de práticas excludentes e conservadoras nesse Conselho, formas não justas de avaliação e classificação dos alunos, a avaliação informal da sala de aula e a legitimação de sua prática, a dificuldade docente em relação ao domínio teórico para a participação nesse colegiado, a discrepância entre a concepção oficial e a prática existente, as relações de poder que permeiam as diferentes falas.

Em outras situações constituiu um avanço para a prática avaliativa e a melhoria da relação escola-comunidade, além de ter sido importante para a reconfiguração da prática pedagógica quando associado a outras instâncias ou recursos pedagógicos. Ressaltam-se ainda o protagonismo que proporcionou aos alunos em relação à própria aprendizagem ao participarem de suas reuniões e o fato de que professoras constituíram saberes políticos, aspectos indicativos da relevância de se investir mais densamente em novas proposições e análises sobre as práticas desenvolvidas nesse Conselho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs-se a analisar os resumos de pesquisas discentes de programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, disponibilizados no Banco de Teses da Capes, na década de 2002 a 2011, para verificar a menção ao Conselho de Classe nesses trabalhos. O número de investigações cujo foco é o Conselho de Classe não é significativo, totalizando dez pesquisas. Entretanto, em outros 57 resumos verificou-se relação com esse órgão colegiado, seja compondo uma das instâncias de coleta de dados das pesquisas, seja por ser destacado nos conceitos e nas conclusões dos estudos realizados.

Os dados indicam que o Conselho de Classe é compreendido não apenas como uma instância com função avaliativa, sendo também articulado a ações formativas. Na condição de lócus privilegiado pelos pesquisadores para a coleta de dados de campo, foi muitas vezes observado e, com menor frequência, analisado em seus registros. O Conselho de Classe demonstrou ter um papel fundamental para a compreensão de

diversas problemáticas que envolvem a escola, o que indica a abrangência de suas possibilidades. Além disso, ao compor os resumos pela indicação de conclusões mais positivas ou em alguma medida frágeis, conforme demonstram os estudos, verifica-se que sua prática tem marcas do tradicionalismo e da exclusão, embora também se destaquem ações democráticas que impulsionam a construção de saberes políticos. A teoria existente nesses trabalhos, portanto, é a expressão da prática.

Diante do exposto, entende-se que o presente texto contribui para a compreensão da participação do Conselho de Classe nas pesquisas discentes dos programas *stricto sensu* brasileiros, bem como para a apreensão das percepções e das práticas a ele relacionadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. A jovem pesquisa educacional brasileira. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 11-24, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028. Informação e documentação-Resumo-Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União [da] República Federativa da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- CLASSE. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 163.
- CONSELHO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 182.
- CONSILIUUM. In: FIRMINO, Nicolau. *Dicionário latino-português*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, [198-]. p. 129.
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *Trabalho escolar e conselho de classe*. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. *Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola*. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. Conselho de classe. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

GOERGEN, Pedro. A divulgação da pesquisa educacional. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 25, n. 87, p. 113-127, 2012.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Princípios didáticos na ação docente: conhecimento como expressão da ação humana. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; MARTINS, Pura Lúcia Oliver (Org.). *Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente*. Curitiba: Champagnat, 2004. XII ENDIPE.

_____. *A didática e as contradições da prática*. Curitiba: Ibpex; Papirus, 2009.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães. O Conselho de Classe e a construção do fracasso escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, maio/ago. 2005.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. *Conselho de classe: burocratização ou participação?*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, n. 19, p. 37-50, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

SILMARA DE OLIVEIRA GOMES PAPI

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Ponta Grossa, Paraná, Brasil
silmarapapi@gmail.com

ANEXO I

PESQUISAS: DOUTORADO/D., MESTRADO/M. E MESTRADO PROFISSIONALIZANTE/P.

ALVES, C. N. 2007/M. BARBOSA, M. L. P. 2006/D. BASTOS, R. L. 2007/M. BAU, L. B. 2011/ M. BAULE, V. L. G. 2010/M. BERNI, K. D. C. 2010/M. BORTOLAS, S. A. 2002/M. BUCHWITZ, T. M. A. 2007/M. CABRAL, M. J. A. 2011/M. CAMACHO, M. J. V. 2010/M. CAMPOS, P. R. I. 2010/M. CASTRO, P. A. 2006/M. CHRISTOFARI, A. C. 2008/M. COSTA, E. M. D. 2005/M. CUNHA, M. B. 2005/M. DANTAS, M. B. S. 2006/M. DEBATIN, M. 2002/M. DIAS, F. C. 2008/M. EIDELWEIN, M. P. 2006/M. FERREIRA, V. C. 2002a/M. FERREIRA, M. E. C. 2002b/D. FURTADO, N. M. R. O. 2005/D. GARCIA, C. A. A. 2002/M. GASPAS, S. D. 2004/M. GUERRA, M. G. G. 2006/M. MARTINS JÚNIOR, G. 2009/M. LÂNGARO, A. G. 2003/M. LAZAROTTO, C. A. 2006/M. LELES, M. A. 2007/M. LIMA, E. S. 2011/D. LINCH, J. P. 2002/M. LODI, O. M. 2003/M. MANDELERT, D. V. 2010/D. MARINHO, A. P. A. 2008/M. MESSER, S. 2007/M. NADAL, B. G. 2008/D. NUNES, A. L. S. 2008/M. OLIVEIRA, E. C. S. 2002/M. OLIVEIRA, A. C. L. 2004/M. PAIM, I. de M. 2003/D. PEREIRA, A. L. S. 2006/M. PEREIRA, S. T. 2007/M. PEREIRA, F. H. 2008/M. POLONIA, A. C. 2005/D. RIBEIRO, L. J. G. 2005/M. RIBEIRO, M. J. P. A. M. 2008/M. RODRIGUES, I. C. 2010/M. SÁ EARP, M. L. M. S. E. 2006/D. SANTOS, M. M. C. 2003/M. SANTOS, F. R. V. 2007/M. SANTOS, L. L. 2011/M. SCHULZ, L. 2007/M. SILVA, E. M. F. 2005a/M. SILVA, M. L. O. R. 2005b/M. SILVA, J. E. 2008/M. SILVA, A. H. 2011/D. SILVEIRA, M. A. P. 2005/M. SIRINO, M. F. 2009/D. SOUZA, N. R. S. 2006/D. TEIXEIRA, W. 2008/M. TENREIRO, M. O. V. 2002/M. TESSARIN, M. M. O. 2007/M. TINÉ, S. Z.. S. 2009/D. TRINDADE, E. F. R. 2009/M. VARGAS, M. A. S. 2008/M. VASCONCELLOS, S. S. 2010/M. XAVIER, L. N. B. 2010/P.

Recebido em: MARÇO 2014

Aprovado para publicação em: ABRIL 2015